

MEMÓRIAS FABRIS: EXPERIÊNCIAS E IDENTIDADE DE TRABALHADORES EM FERNÃO VELHO – AL

MARCELO GÓES TAVARES*

Em uma sexta-feira, dia 15 de janeiro de 2010, a Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem S.A. localizada no bairro de Fernão Velho na cidade de Maceió-AL encerrou sua produção fabril no ramo têxtil. Cerca de 230 trabalhadores, certos de que na segunda-feira retomariam suas atividades laborais após o descanso de fim de semana, foram surpreendidos com a notícia de que os portões da fábrica estavam fechados e não mais abririam. Em 1996 a fábrica já havia momentaneamente paralisado suas atividades, retomando a produção 11 meses depois. Até então, era a mais antiga fábrica têxtil em funcionamento em Alagoas. Parecia que esta não tinha mais forças para continuar sua produção, esvaziando-se de sentidos para sua existência no tempo presente.

Diante das incertezas quanto à continuidade do funcionamento da fábrica e do sustento dos trabalhadores, ou mesmo percebendo a possibilidade do esquecimento da história fabril em Fernão Velho, Veríssimo Ferreira, trabalhador aposentado e ex-sindicalista na Fábrica Carmen, escreveu em 1997 uma crônica intitulada “História de Fernão Velho”. Nesta, dedica-se à memória e história de seu bairro, outrora vila de trabalhadores fabris. Inicia seu relato reportando-se ao nome “Fernão Velho”, atribuindo-o a referência de um senhor de idade já avançada cujo nome era Fernão. Ele era o único morador do morro Vila Bela Vista. Fazia parte de sua propriedade uma elevação com predominância de mata, assim como também diversas árvores frutíferas que motivava pessoas de outras localidades a se deslocarem para lá na busca de frutas. Diziam as pessoas, estarem visitando o seu “Fernão Velho”. Por outro lado, destaco que desde os tempos pretéritos esta localidade já atraía mão-de-obra, seja com a agricultura como o Sr. Fernão, ou diversos trabalhadores que para lá migraram em busca de trabalho na indústria têxtil posteriormente instalada nas margens desse morro.

Veríssimo Ferreira, como um Heródoto de nosso tempo presente, expressa preocupação em relação ao legado das histórias desse bairro. “*Sendo eu com muita honra, um*

* Doutorando em História na linha de pesquisa de Cultura e Memória da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE / Brasil. No campo da história, concentra estudos, pesquisas e docência nas áreas de cultura, memória, trabalho, patrimônio e identidades. Contato: marce_goes@hotmail.com

remanescente de uma geração remota, quero com absoluta segurança, ratificar aquilo que disseram os antepassados referente ao alto da Vila Bela Vista. Devo dizer que conheço meu Fernão Velho há setenta anos”(FERREIRA, 1997:1). Afirma sua autoridade de conhecimento, o que pressupõe ao mesmo, legitimidade à sua intencionalidade memorialística.

Faz de sua crônica histórica, uma cartografia do bairro de Fernão Velho, identificando os cenários e práticas culturais que possibilitam a sobrevivência de seus habitantes, seja através da pesca, da agricultura, ou, sobretudo do trabalho fabril cujo passado merece ser (re)conhecido e lembrado na posteridade.

Verdadeiramente Fernão Velho, tem um passado histórico e grandioso no que concerne as suas belezas naturais e na vida econômica do estado de Alagoas. Fora aqui em Fernão Velho, que José Antônio de Mendonça, o Barão de Jaraguá e o comerciante Tibúrcio Alves de Carvalho, escolheram para instalar a primeiríssima fábrica de tecidos de Alagoas, a qual fora fundada no dia 7 de março de 1857, e que começou a funcionar no dia 1º de setembro de 1863 [...] autorizado pela Carta Régia de nº 617, do Imperador D. Pedro II. (FERREIRA, 1997: 3)

Em 1997 a fábrica foi reativada, trazendo esperanças a Veríssimo Ferreira e aos trabalhadores, ambos com expectativas na continuidade desse labor e da própria história.

[...] eis que surgira um novo dia, eis que despertara uma nova aurora e um novo sol a brilhar, quando justamente às 07 horas e 45 minutos, quebrava-se aquele nostálgico e melancólico silêncio de 11 (onze) meses, através do estridente apito da Fábrica Carmen, levando o seu eco a toda comunidade de Fernão Velho. Foi uma verdadeira festa onde a euforia e a emoção, traduziam um enorme contentamento nos semblantes alegres do povo com abraços, muitos fogos de artifícios e

finalmente lágrimas rolando sobre as faces, mas de alegria e felicidade, porque a fábrica reabriu [...]. (FERREIRA, 1997: 17)

No entanto, 13 anos após esse episódio que emocionou os trabalhadores e moradores da vila fabril, a melancolia retorna colocando em suspenso 153 anos de funcionamento da fábrica têxtil. O fechamento expressou de imediato o fim da oferta de empregos que garantia a sobrevivência de seus trabalhadores. Nessa trama, também entram em cena para o campo de compreensão e explicação da história, assim como a memória e experiências como referências constituidoras de identidades.

O relato de Veríssimo Ferreira me faz pensar no campo da história, questões e problemas do presente, como a experiência histórica “ser trabalhador”. Percebo aí, a contemporaneidade de nosso próprio tempo presente (KOSELLECK, 2001) na qual busco apreender uma história não visível, que se constitui como sombras produzidas ou ofuscadas pelas luzes da modernidade (AGAMBEN, 2009). Sombras como a própria historicidade das lutas de trabalhadores urbanos no campo político por direitos e cidadania.

Para Gagnebin (2009:12), ouvir o apelo do passado significa estar atento ao apelo de felicidade e transformação do presente, mesmo quando este passado parece estar sufocado ou ressoar de maneira inaudível. Desse modo, como historiador da área de cultura e memória, debruço-me sobre questões, entre as quais: como se entremeiam a história do trabalho em Fernão Velho e Brasil? Como as lutas de trabalhadores constituem histórias sobre a conquista de direitos e cidadania? Como as experiências de trabalhadores fabris e a memória constituem referenciais de pertencimentos e historicidade, possibilitando compreender o sentimento e experiência ser trabalhador na indústria têxtil em Fernão Velho?

São questionamentos que me permitem deslocar o sentimento de melancolia expresso na paralização ou ausência da produção da Fábrica Carmen para um outro sentimento, neste caso o luto que é útil na construção de narrativas sobre o passado. Luto pela ausência do labor fabril e pela possibilidade do esquecimento da historicidade da produção têxtil e dos movimentos sociais de trabalhadores em Alagoas. Ambas são referências histórico-culturais na vida social no bairro de Fernão Velho e de diferentes gerações de trabalhadores que lá

vivem e constituíram suas famílias. A melancolia, segundo Gagnebin (2009), cede ao luto na medida em que possibilita abrir espaços para uma elaboração que permita uma nova ancoragem na vida, sendo esta preenchida pela memória.

Desse modo, aponto como problema para o debate no campo da história, a elaboração do passado fabril em Alagoas mobilizando a crítica da memória. Segundo Gagnebin (2009), fazemos da memória não somente um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética em recuperar um passado em ruínas, trazendo-o (re)significado para a cena do presente através da rememoração das tradições, vidas, falas e imagens de outrora. Tratam-se da mobilização dos rastros da memória que se deslocam através do tempo e possibilitam através de uma escrita historiadora no tempo presente, narrar e representar o passado.

A memória se perpetua como reminiscência, suscitando um exercício de imaginação, (re)criação e significação. Para Benjamin (1996), a reminiscência configura uma atividade ou movimento consciente de lembrar algo, trazendo a tona os rastros ou imagens do que aconteceu e que está interiorizado em nós. A mobilização da memória no campo da história implica na construção de uma representância (RICOUER, 2010), categoria que pode ser compreendida como uma representação historiadora articulada pela narrativa. Nesta, a escrita torna-se um remédio de rememoração contra o esquecimento, trazendo para a cena presente, um passado abolido e / ou preservado nos seus rastros. Ao mesmo tempo em que narra através da escrita, também produz uma imagem que ocupa um lugar ausente no passado. Na medida em que a escrita e narrativa da história resulta em obra historiográfica, também permite o acesso à explicação e compreensão sobre o passado.

Neste caso, chamo atenção sobre a possibilidade do esquecimento de referências culturais e identitárias historicamente construídas por trabalhadores da Fábrica Carmen. A desativação da fábrica alterou o cotidiano do bairro. O deslocamento de trabalhadores entre suas casas e local de trabalho, que antes constituía um ritual diário em Fernão Velho, cessou. O som do apito da fábrica que antes demarcava as mudanças de turno entre os trabalhadores não mais tocou, foi silenciado. Este deslocamento de trabalhadores que cessou e o silêncio do apito trazem metaforicamente à tona a própria memória na eminência do esquecimento, mas que por outro lado pode ser narrada como tradição pelos trabalhadores, ou até mesmo permite

uma artesanaria do tempo narrado pelo historiador, como o trabalho do oleiro que imprime suas marcas na argila do vaso (BENJAMIN, 1996: 205). O historiador ao narrar o passado, recupera fios, tece tramas, articula fontes documentais, entrecruza temporalidades, tece a crítica do passado de acordo com suas questões do presente.

Percebo aí, a necessidade de evocar e narrar o passado com seus rastros, possibilitando explicar e compreender conflitos sociais no tempo presente. Na escrita da história e narrativa do passado mobilizamos e construímos sentidos ao tempo histórico e às tramas sociais. É uma atividade de artesanaria do tempo, como Sheereazade que astutamente utiliza a memória e a palavra para prolongar sua própria vida narrando histórias fantásticas ao seu algoz. O tempo histórico, portanto, é um tempo artificial no presente, abordando fatos de um passado já desaparecido. O presente torna-se mediador entre passado e futuro, permitindo deslocamentos temporais sobre os quais utilizamos a capacidade inventiva sobre o tempo através da narrativa. O tempo histórico e seus múltiplos sentidos são, portanto, criação, seja pelo historiador ou narradores mobilizando a reminiscência. Constitui-se, desse modo, uma construção cultural, semântica e plural, de modo a significar a própria história e suas temporalidades.

Para Koselleck (2006), reconhecer o presente como mediador entre o passado (campo da experiência) e futuro (horizonte de expectativas) não implica somente colocar em foco a atualidade. A questão central consiste em problematizar a história do presente como uma história produzida em determinado presente, de modo que se apropria, significa e mobiliza outras temporalidades ou estratos¹ de tempo. É nesse tempo que se concatena passado e futuro, formando-se assim o passado e futuro presentes no presente.

¹ Koselleck (2001) utiliza o termo *estrato* para designar um recorte temporal móvel e cambiante que se distende através de outras temporalidades. Toma esse termo em empréstimo da geologia para desconstruir sentidos lineares do tempo. Na geologia se realiza um recorte vertical no solo para determinar os distintos tempos geológicos, os quais são medidos em camadas, percebendo-se suas composições, profundidades, durações, sucessões e sobreposições. Desse modo, permite-se conceber na história todas as determinações históricas do tempo, bem como a duração, a mudança e unicidade dos acontecimentos. A duração alcança o presente e futuro. Já a mudança, esta se estabelece no trânsito que torna o fato presente um fato que referencia o passado, constituindo-se assim, passado passado, presente passado e futuro passado. Quanto a unicidade, esta deriva da sucessão dos presentes com seus passados e futuros que se modificam. Cada presente com seus fatos é único, porém se distendem entre outros tempos, seja em direção ao passado como experiência ou ao futuro como expectativa.

Desse modo, para a construção narrativa dessa história pretendo trilhar o território subjetivo e sensível da reminiscência, trazendo à tona a rememoração do passado presente através da memória sobre o trabalho na Fábrica Carmen e indústria têxtil em Alagoas. Nesta, utilizo como rastros materializados diferentes tipos de registro, entre os quais destaco:

A obra “Terra das Alagoas” de Adalberto Marroquim publicada em 1922. Trata-se de uma enciclopédia que traça um panorama geográfico, político e econômico de Alagoas no tempo presente de sua publicação. A obra apresenta ocorrências de diversas fábricas no estado, assim como também um cenário econômico que expressa rivalidade entre o algodão e produção têxtil com o açúcar. Esses dados revelam uma preponderância econômica do setor têxtil até 1920.

Outro registro relevante e citado anteriormente é o texto “História de Fernão Velho” de autoria de Veríssimo Ferreira. Trata-se de um registro e crônica memorialista sobre práticas culturais em Fernão Velho. Aborda diferentes dimensões sociais e do cotidiano, como o trabalho, a fábrica e seus gestores, as festas, a banda de música, os times de futebol, o acesso à vila, entre outras. Apresenta diferentes estratos temporais na história de Fernão Velho tomando como referência as administrações da fábrica. Veríssimo se aproxima do narrador tradicional de Walter Benjamin, ou seja, aquele que se propõe a deixar uma lição e tradição como legado. Produziu esse relato em 1997, ano em que completava setenta anos de idade e que a Fábrica Carmen volta ao funcionamento após 11 meses de paralização de suas atividades. Deixa claro sua intensão de rememoração e luta contra o esquecimento. “*Fernão Velho ! Por que Fernão Velho ? Qual a origem desse nome ? É o que muita gente ignora e deseja saber a origem desse nome: Fernão Velho*” (FERREIRA, 1997: 1). Seu esforço memorialista e relato escrito constituem-se como uma resposta ao seu tempo presente marcado pela momentânea paralização da produção fabril e euforia pelo retorno das atividades da fábrica.

Como registro audiovisual, destaco o documentário “*Memória da vida e do trabalho*” produzido por Celso Brandão em 1986. Trata-se de uma fonte histórica e etnográfica em vídeo, com duração de 21 minutos e em cores, abordando o cotidiano e as tensões sociais nos territórios fabris em Alagoas, em especial o cenário de Fernão Velho. Revela a fluida fronteira

entre os espaços do trabalho e da intimidade dos trabalhadores fora da fábrica, das intersecções entre a vida no trabalho e no ambiente familiar. Identifica também as formas de recrutamento de mão-de-obra que se fixava na vila através da oferta de trabalho e moradia cedida pela fábrica. Evidencia relatos de trabalhadores sobre as formas pelas quais a Fábrica Carmen interferia em suas vidas privadas.

Esse tipo de registro me possibilita cotejar outras formas de representações da então vila e histórias das tensões sociais e das práticas culturais dos trabalhadores. Traz a tona imagens em movimento e entrecruzamento de temporalidades, constituindo tramas sociais em diálogo com narrativas e memórias de trabalhadores. Situa no seu cenário, a vida e formas de se constituir trabalhador em Fernão Velho. Destaca as formas de organização social dos trabalhadores, inclusive analisando as circunstâncias e ressonâncias de movimentos grevistas.

Esses rastros e documentos constituem fontes imprescindíveis para a história do trabalho e movimentos de trabalhadores na indústria têxtil em Alagoas.

O cenário têxtil e a Fábrica Carmen em Alagoas

A Fábrica Carmen foi fundada em 1857 com o nome de Companhia União Mercantil por José Antônio de Mendonça². Até 1888 foi a única fábrica em funcionamento em Alagoas. Posteriormente, outras fábricas sucederam nesse estado, sendo favorecidas pela crescente disponibilidade de matéria-prima colaborada pelo setor agrário e atividades comerciais no estado.

A colaboração do setor agrário ajuda-nos a compreender especificidades da história da indústria no estado. Os territórios do Agreste e Sertão, a partir de meados do século XIX teve a preponderância da produção algodoeira. Atendia às demandas de matéria-prima das fábricas têxteis instaladas no estado ou mesmo fora do Brasil. Desse modo, foram criadas um total de

² José Antônio de Mendonça posteriormente nomeado “Barão do Jaraguá”, fato este que evidencia sua influência e relações políticas em Alagoas e no Império.

12 fábricas têxteis em Alagoas até o final do século XIX (FARIAS, 2012: 25). Estas tiveram como aspectos favoráveis para sua produção: a disponibilidade do algodão como matéria-prima, o apoio de comerciantes do bairro do Jaraguá em Maceió interessados nas atividades industriais, atuação da Associação Comercial de Maceió na mediação do comércio de algodão e tecidos produzidos no estado, a instalação de linhas férreas que possibilitavam o fluxo de matéria-prima e produção das fábricas.

Em Fernão Velho, a linha férrea quebrava a possibilidade de isolamento de seu território fabril, aproximando a fábrica aos locais produtores de sua matéria-prima e do local de escoamento da produção através do bairro portuário do Jaraguá em Maceió. Favoreceu também outras localidades com produção de fiação e tecelagem, formando assim uma rede têxtil no estado. Hoje, à linha férrea que passa por Fernão Velho ainda está em funcionamento, possibilitando a produção de múltiplas referências. O trem que antes quebrava o isolamento dos moradores e da produção expressando assim a aceleração do ritmo moderno da vida, hoje se tornou lento e permite rememorar os ritmos do passado.

Tais condições proporcionaram ao setor algodoeiro e têxtil alagoano, um posicionamento vantajoso do ponto de vista econômico. Segundo Marroquim (1920), na década de 1910 e no ano de 1920 esse setor chegou a superar os lucros produzidos pela tradicional e secular economia açucareira em Alagoas. O setor têxtil apresentava-se, portanto, como um setor promissor, atraindo investimentos de grupos empresariais e interessados no desenvolvimento da produção industrial brasileira.

A Fábrica Carmen, ao longo de sua história, mudou diversas vezes de posse. As gestões dos diferentes proprietários demarcam estratos temporais e cenários distintos na industrialização brasileira e alagoana. Gradativamente foram empreendidos intervenções no cenário fabril de Fernão Velho. As gestões que se sucederam ampliaram as instalações da fábrica, investiu em novos maquinários, construiu novas edificações como casas para moradia dos trabalhadores, sede do sindicato, praças, e ruas³. Ofertou serviços diversos como escola, ou mesmo outros equipamentos culturais como cine-teatro e igreja que minimizavam as possibilidades dos trabalhadores afastarem-se para fora dos domínios territoriais da fábrica em

³ FERREIRA, Veríssimo. *História de Fernão Velho*. In Mimeo. Maceió: 1997.

busca do atendimento de demandas também necessárias às suas vidas. Instituiu-se uma política de mão-de-obra de modo a fixar e controlar trabalhadores nos domínios produtivos da fábrica⁴. Na medida em que o morar era provido pelo patrão, este também sujeitava o tempo dos trabalhadores às suas necessidades produtivas. Assim foi sendo delineada uma vila fabril com diferentes lugares de sociabilidade em Fernão Velho.

Para Pollak (1989), somam-se a esses lugares, datas, tradições, costumes, regras sociais, formas de socialização e interação. São pontos de referências como indicadores de memórias compartilhadas socialmente, possibilitando reconhecê-las em um grupo social, como os trabalhadores da indústria têxtil em Fernão Velho. Decorre desse reconhecimento, um processo de enquadramento da memória o qual na História, construímos e utilizamos representações e imagens, como em um controle de um painel de milhares de lâmpadas capazes de iluminarem e tecer polifonicamente o passado, conforme sugere Bolle (2006) ao analisar as possibilidades metodológicas para o campo da história empreendidas na obra das Passagens de Walter Benjamin.

Na mobilização das luzes do passado que lampejam no presente, destaco o estrato temporal identificado pela administração do Grupo Othon Bezerra de Mello. Este assumiu a propriedade da fábrica e seu território fabril entre 1942 e 1996, período este que foi contemporâneo do auge da produção têxtil no estado e de diversas situações de lutas dos trabalhadores urbanos. Esta classe já havia se tornado bastante expressiva no cenário político brasileiro, o qual destaco o período democrático de 1945 a 1964 durante o qual é evidente a participação política dos trabalhadores como ator nas cenas políticas brasileiras. Priorizarei este estrato temporal nesta análise que aqui se tece.

O grupo Othon geriu a fábrica e buscava disciplinar a vida social de trabalhadores na então vila, a qual era uma propriedade da fábrica, constituindo-se como um território privado. Desse modo, a fábrica e seus gestores ampliaram os tentáculos de controle produtivo, passando a intervir sistematicamente na vida social e cotidiano. *"Para os operários, morar na vila significa estar sobre o domínio da fábrica, não somente no trabalho, mas também em*

⁴ MEMÓRIA da vida e do trabalho. Documentário. Direção e produção de Celso Brandão. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min).

casa” (MEMÓRIA DA VIDA E DO TRABALHO, 1986). Organizaram time de futebol que disputava campeonato estadual mobilizando sua torcida, promoveram vida cultural com banda de música e grupo de escoteiros, entre outras formas de ocupar o tempo do trabalhador. A gestão do tempo do trabalhador ocorria dentro e fora do espaço laboral. Foi durante esse período que também ocorreu a mudança de nome da fábrica, que passou a ser denominada até seu fechamento em 2010, de Fábrica Carmen.

Vale aqui destacar que o estrato temporal dessa administração é o período mais rememorado pelos antigos trabalhadores ainda viventes em Fernão Velho, a exemplo de Veríssimo ou de diversos outros trabalhadores com quem pude dialogar para um posterior registro oral. São lembranças que residem nas relações familiares e de amizades, ou mesmo rastros da memória presentes na documentação produzida através das associações institucionais que os representavam como o sindicato, o Partido Comunista Brasileiro, o jornal comunista A Voz do Povo, ou outros jornais como O Jornal, Jornal de Alagoas e Gazeta de Alagoas cuja análise possibilitam recuperar o cenário político brasileiro e alagoano entre 1945 e 1964.

Nessa atividade de reminiscência, utilizo milhares de lâmpadas que lampejam seus rastros de luzes ao serem manipuladas nesse painel da história. São lampejos capazes de apontarem caminhos de acesso às tramas que constituem a historicidade do trabalho fabril em Alagoas e no Brasil. Mobilizar os lugares da memória e as rememorações dos trabalhadores têxteis me permitem recuperar para a cena da história no nosso tempo presente, formas possíveis de sentimentos de pertencimentos entre os trabalhadores, assim como também o delineamento das tensões sociais no cotidiano da produção fabril e vida em Fernão Velho.

A experiência “ser trabalhador na indústria têxtil” em Fernão Velho

Para E.P.Thompson (1981), a experiência é [...] *um caminho para uma exploração aberta do mundo e de nós mesmos*. Desse modo, questiono como experiências de trabalhadores em Fernão Velho e a indústria têxtil são lembrados e esquecidos? Ou ainda, como os trabalhadores têxteis são reconhecidos como grupo social que compartilharam experiências comuns e assim constituem suas identidades? Segundo Matos (2002), *Nós*

somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos. Desse modo, direciona para a questão da memória como caminho de acesso às experiências sociais, referências culturais e identitárias no passado, significando a existência e luta por direitos no passado e presente.

Deste modo, proponho a mobilização analítica da experiência “ser trabalhador na indústria têxtil em Fernão Velho”. Essa experiência traz para a nossa cena em análise, o trabalhador através do qual suscito evidenciar suas práticas culturais e costumes vivenciados no cotidiano. Ao instrumentalizar as categorias “costume” e “cotidiano” lidamos com [...] *um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes* (E.P.THOMPSON, 1998:16-7). Tratam-se de embates que configuram uma história marcada pelas lutas dos trabalhadores por direitos e melhores condições de trabalho.

Estas podem ser evidenciadas na história do Brasil e Alagoas republicano em diversos momentos, na qual trabalhadores urbanos se mobilizam para luta por direitos desde o final do século XIX. Como exemplo, cito a configuração de relações proletárias a partir da fundação da Liga Operária em 1892. Segundo Maciel (2009), este episódio expressa pioneiramente uma experiência de construção de identidade coletiva e associativismo dos trabalhadores urbanos de Maceió no início da República.

Nas décadas de 1910 e 1920 o trabalhador brasileiro já vinha se constituindo como ator central no palco político brasileiro. Durante a Primeira República (1889 – 1930), houve intensa mobilização social através de greves, comícios e manifestações culturais de diversos segmentos sociais heterogêneos que compunham a classe trabalhadora. Os sindicatos sofreram forte oposição, em especial do próprio Estado. Os trabalhadores foram duramente reprimidos através de instrumentos oficiais, como a polícia, prisões, ou mesmo leis que previam a expulsão de imigrantes envolvidos “subversivamente” com movimentos sindicais do Brasil.

Durante o período de Getúlio Vargas (1930 – 1945), ocorreu um estreitamento dos laços entre Estado e os movimentos sociais. É reconhecido o potencial político dessa nova e

expressiva classe urbana, os trabalhadores industriais. Segundo Gomes (2005), durante esse período houve o reconhecimento da classe trabalhadora como ator político, foi implantada a ideologia de outorga e a vinculação da cidadania à existência de direitos sociais, sobretudo após a criação do Estado Novo em 1937. Tratava-se de uma estratégia que permitiu ao Estado Novo se apropriar da palavra dos trabalhadores, passando a tutelar a questão social e trabalhista no Brasil. Antes mesmo de qualquer radicalização de reivindicações, o Estado reconhecia as demandas sociais como uma necessidade ao bem estar do trabalhador, e desse modo “concedia benefícios” sob forma de legislação social. A autoridade estatal, nesse caso Vargas, era simbolicamente configurado com um estadista benevolente e paternal cuja imagem se consolidava como “pai dos trabalhadores”.

Estabelecia-se a partir dessa relação entre Estado e trabalhadores, uma troca simbólica entre o controle e o gozo de benefícios sociais. Como retribuição pelos direitos sociais, o trabalhador deveria moralmente a obediência política ao Estado. Fortalecendo essa obediência, o trabalhador apenas teria seus direitos garantidos se fosse sindicalizado. A lógica vigente era “quem tem ofício, tem benefício” (GOMES, 2005), o que evidencia o forte controle estatal sob o trabalhador através dos sindicatos. Constituiu-se um sindicalismo corporativista a favor dos interesses daqueles que compunham o Estado. Tratava-se de uma astuta estratégia política para garantir a legitimidade popular e ao mesmo tempo o autoritarismo capaz de disciplinar o trabalhador, modelando um ideal de cidadão a partir do trabalho. O cidadão-trabalhador sempre estaria à disposição para a construção da nação. Configurava-se no Brasil um modelo diferenciado de democracia social a partir da implementação de um sindicalismo corporativista do Estado, que mobilizava politicamente o controle dos movimentos sociais trabalhistas. Tentava-se a conciliação entre capital e trabalho como forma de assegurar a continuidade da industrialização, a modernização e adequação da economia no mercado mundial. Foi um projeto político ousado, sobretudo diante das diversas mobilizações de trabalhadores para ampliação de seus direitos ou mesmo a reação conservadora dos grupos defensores do capital, a exemplo das pressões reacionárias que culminaram no golpe militar de 1964 no Brasil.

Nesse histórico de embates, negociações e lutas, reconheço o processo de constituição da identidade “trabalhador na indústria têxtil em Fernão Velho” durante a gestão do grupo Othon, na qual a Fábrica Carmen e a produção têxtil em Alagoas alcançaram esplendor. Essa situação, no entanto, também trouxe rebatimentos diversos nas vidas dos trabalhadores, a exemplo da necessária intensificação do trabalho e produtividade para atender as demandas que refletiam a prosperidade econômica do setor. Desse modo, configurou-se um campo de luta por direitos e cidadania dos trabalhadores, sendo este um período também marcado por negociações com o sindicato, ocorrência de processos trabalhistas, forte atuação de comunistas e enfrentamentos contra os interesses patronais.

Segundo Hall (2002), os conflitos sociais constituem um campo de disputas no qual as velhas identidades fixas que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, a partir do século XX passaram por um processo de transformação e fragmentação. Portanto, as identidades são categorias móveis, em aberto, cujos processos de afirmação e diferença trazem à tona a história, a memória, referências culturais, representações, entre outros aportes que possibilitam ancorar situações de pertencimentos a determinado grupo social e suas causas.

O mundo pós-guerra se encontrava fragmentado, sobretudo com a bipolarização ideológica e geopolítica entre capitalistas e comunistas. Em diálogo com Saldanha (2011) podemos aferir que durante o período de 1947 até 1964 a indústria têxtil em Alagoas foi palco de organização sindical dos trabalhadores e crescimento das células base do Partido Comunista.

Foi um período emblemático no estado de Alagoas, no qual os trabalhadores foram vistos como expressiva força política que necessitava ser contida ou controlada. Foi um período marcado por perseguições política e policial aos movimentos sociais e de trabalhadores. Durante a gestão do governador Arnon de Mello (1951 – 1956) houve intensificação da repressão e violência policial, sobretudo ampliando a atuação da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica – DOPSE em Alagoas. Este era um dispositivo repressor do Estado, que em sua atuação, investigou, prendeu, produziu dossiês, mapeou a atuação dos movimentos sociais e trabalhadores engajados com a luta por direitos e cidadania.

Temia-se o credo comunista no Brasil, considerando subversivo qualquer sujeito que se identificasse ideologicamente com transformações mais radicais e socialistas nessa sociedade.

No governo de Muniz Falcão (1956 e 1961) essa situação se tornou mais branda, abrindo-se espaços para a ampliação do diálogo e a conciliação, o que não impediu a ocorrências de diversos embates. Ainda prevalecia o terror da repressão e o cerceamento de direitos. Durante esses governos, ocorreram greves, forte atuação do sindicato, entre outras formas de mobilização dos trabalhadores em Fernão Velho.

Farias (2012) ao analisar as formas controle patronal e de resistência de trabalhadores têxteis em Fernão Velho, narra a greve de tecelãs ocorrida em 1962, sendo esta responsável pela paralização da fábrica. Percebo neste episódio, uma relevante referência histórica possibilitando a ancoragem de pertencimento nas lutas operárias travadas no cenário fabril. Essa greve teve como motivação principal, a oposição de tecelãs contra a imposição da fábrica do aumento da manipulação de 4 para 6 teares para cada trabalhadora no setor de tecelagem.

As tecelãs procuraram o sindicato para mediação do impasse. Este, por sua vez, rapidamente mobilizou os demais trabalhadores para discutirem a situação⁵. Passaram-se dois dias que a fábrica fez com que os trabalhadores manipulassem 2 teares a mais sem qualquer aumento salarial. O presidente do sindicato estabeleceu para fábrica o prazo de 48 horas para o retorno da manipulação de 4 teares, caso contrário seria decretado greve. Como contraproposta, dirigentes da fábrica apresentou o trabalho com 5 teares, o que não foi aceito e culminou na paralização.

A greve traz a tona outras questões de seu tempo presente, como o aumento do custo de vida, os baixos salários que dificultavam as condições de sobrevivência dos trabalhadores⁶, e as arbitrariedades impostas pela fábrica no cotidiano do trabalho. Desse modo, expressava-

⁵ LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Maceió: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, 1953-1964.

⁶ Como alternativa, muitas vezes os trabalhadores se dedicavam a outras atividades para complementação da renda familiar, como aponta Ferreira (1997) ou relatos de trabalhadores no documentário “Memória da vida e do trabalho” (1986). Entre essas atividades, destacavam-se a pesca do sururu e a agricultura.

se não somente os interesses das tecelãs em relação a redução do número de teares, mas de todos os trabalhadores. Desejava-se um necessário aumento salarial para suprir as perdas econômicas diante da constante carestia do custo de vida⁷. Com a paralização da tecelagem, outros setores aderiram a greve que durou 3 dias e teve um desfecho vitorioso para os trabalhadores. Embora essa vitória tenha ocorrido, nos anos seguintes é perceptível o estancamento das mobilizações sociais, expressando as ações reacionárias do então governador Major Luiz Cavalcante (1960-1966).

Em 1964 a história política do Brasil foi marcada por um golpe de Estado, sendo este o início de uma história de 20 anos de repressão, tortura, suspensão de direitos e cerceamento da democracia. No período que antecedeu o golpe de 1964, Alagoas foi palco de calorosos conflitos políticos, manifestações e greves de trabalhadores, forte atuação dos sindicatos, impeachment de governador, entre outros. Em Alagoas, o Regime Civil Militar fortaleceu um corte na resistência de trabalhadores contra a oligarquia estadual e segmento patronal, minando a possibilidade de engajamento político de trabalhadores ou opositores ao regime através de uma radicalização ideológica. O Major Luiz Cavalcante por atender aos desígnios do Regime Civil Militar foi mantido no governo após o golpe.

Entre memórias e histórias: experiências no trabalho fabril para além do tempo presente

Fernão Velho foi cenário de diversos embates de trabalhadores que durante a história republicana no Brasil vêm lutando para manter seus labores de modo a garantir sua sobrevivência, o direito à cidadania e o reconhecimento de sua própria historicidade. O fechamento da fábrica em 2010 põe essa história em suspenso, trazendo o risco do esquecimento ou mesmo assegurando o silenciamento imposto aos trabalhadores durante diversas passagens da República como o período do regime civil militar no Brasil ou os governos Arnon de Mello e Major Luiz Cavalcante. Em ambos governos foram empreendidos esforços para cercear e coibir os trabalhadores ou suas diversas formas de mobilização social. Desse modo, narrar o que parece estar silenciado implica em tornar públicas memórias tecidas

⁷ Essa situação é evidenciada em diversas edições do jornal A Voz do Povo, Jornal de Alagoas, e O Jornal que circularam em Alagoas entre os anos de 1960 a 1962.

através da História, (re)significando formas de pertencimentos, lutas, e horizontes de expectativas construídas no presente.

Nesse sentido, evidencia-se durante o período da administração do grupo Othon até 1962, rastros de tramas sociais em diferentes fontes como as atas do Sindicato, o relato memorialístico de Veríssimo ou a obra fílmica de cunho histórico-etnográfica “Memória da vida e do trabalho” que traz diversos relatos de antigos trabalhadores da Fábrica Carmen. O conjunto destas contribuem para a compreensão do processo de construção da identidade “trabalhador na indústria têxtil em Fernão Velho”, a qual é (re)significada e materializada através de uma dupla perspectiva de experiência.

Para Thompson (1987), a experiência está relacionada às dimensões culturais e à realidade objetiva concreta desses trabalhadores constituída pela exploração, repressão, o trabalho fabril, as relações familiares, os processos trabalhistas, greves, entre outras. São práticas culturais compartilhadas pelos trabalhadores através das quais agem no campo político de lutas. Para Benjamin (1996), a experiência está relacionada à memória, à tradição e aprendizagem. Ela é representada simbolicamente através dos rastros dos tempos passados que se entrecruzam e legam lições para o presente e futuro.

Neste ponto, é legítimo afirmar ser esta uma história do presente. Segundo Koselleck (2006), todas as histórias são histórias do tempo presente, sendo o presente um ponto de intersecção entre passado e futuro, entre o espaço da experiência e o horizonte de expectativas.

O passado cognoscível se constitui como “Espaço de Experiência”. Esta dimensão temporal se configura como um espaço na medida em que reflete e congrega tudo aquilo que um dia foi vivido e se projeta para o presente através de reminiscências. O espaço da experiência é dinâmico, pois constantemente é transformado pelos presentes que se tornam passados. Quanto ao futuro, este é constituído como “Horizonte de Expectativas”. Corresponde a um conjunto de sensações e projeções a respeito do que se almeja tornar realidade. Esse tempo oscila e sua narrativa figura possibilidade que repercute nos interesses políticos do presente. Sua imprecisão é o que o torna expectativa. Traz a tona desejos,

ansiedades, certezas, dúvidas, medos e otimismo. No presente, essas expectativas possíveis muitas vezes condicionam a uma aceleração dos processos de mudança, ou indicam outras direções possíveis para sua certa ou incerta concretização no campo dos embates sociais. Cada presente estabelece formas diferentes de relações entre passado e futuro.

Deste modo, no tempo presente deste trabalho, vislumbro a possibilidade de percepção e compreensão das experiências em um território fabril, cujas tramas também fazem deste um campo febril na medida em que se delinearam diversas tensões sociais as quais legaram histórias de construção de identidade e lutas cotejadas por horizontes de expectativas sobre a conquista de direitos e da própria cidadania de trabalhadores em Fernão Velho.

Referências bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- BATALHA, Cláudio H. M.. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOLLE, Willi. Um painel com milhares de lâmpadas. Metrôpole e megacidade. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- FARIAS, Ivo dos Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho / AL (1953-1962)*. Maceió, 2012. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. 2º ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- _____. *Los estratos del tiempo*. Estudios sobre La historia. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.
- LESSA, Golbery. *Para uma história da indústria têxtil alagoana*. Maceió: 2011. Maceió, 2011. Disponível em < <http://pcbalagoas.blogspot.com/2011/10/artigo-para-uma-historia-da-industria-textil-alagoana.html> > Acesso em: 23 jan. 2013.
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió. (1895 – 1905)*. Maceió: Edufal, 2009.
- MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e cultura. História, cidade e trabalho*. Bauru – SP: EDUSC, 2002.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: ESTUDOS HISTÓRICOS. Memória. Vol. 2, n.3. Rio de Janeiro: 1989.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 2º ed. Campinas: Unicamp, 2010.

SALDANHA, Alberto. (Org.) *A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2011.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional; USP, 1973.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo*. O impeachment de Muniz Falcão. 2ºed. Maceió: Edufal, 2007.

THOMPSON, E.P.. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p.13-24)
_____ *Formação da classe operária inglesa*. (Vol. I, II e III). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Referências documentais impressas e áudio-visuais:

A VOZ DO POVO. Jornal impresso no período de 1958 a 1962.

GAZETA DE ALAGOAS. Jornal impresso no período de 1960 a 1962.

FERREIRA, Veríssimo. *História de Fernão Velho*. In Mimeo. Maceió: 1997.

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Maceió: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, 1953-1964.

MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. Brasil: Edição FAC-SIMILAR, 1922.

MEMÓRIA da vida e do trabalho. Documentário. Direção e produção de Celso Brandão. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min).

O JORNAL. Jornal impresso no período de 1960 a 1962.

O JORNAL DE ALAGOAS. Jornal impresso no período de 1960 a 1962.